



Oficial de Justiça
Classe "O"



Instruções Gerais

Caro Candidato:

Leia com atenção e cumpra rigorosamente as seguintes instruções. Elas são parte da prova e das normas que regem este Concurso Público.

1. Este Caderno de Questões contém **70 questões objetivas** a serem respondidas. Recebido da fiscalização da sala, você deve conferi-lo, verificando se está completo. Caso contrário, deve solicitar a sua substituição.
2. O Caderno de Questões pode ser usado livremente para fazer rascunhos (cálculos, desenhos etc.), a fim de concluir pelas respostas às questões formuladas.
3. O tempo de duração total das provas será de **4 (quatro) horas**, incluído o tempo para preenchimento do cartão de leitura óptica (cartão de respostas), a partir do término da leitura das instruções pelo fiscal de sala.
4. Não será permitida a saída definitiva do candidato da sala, portando o Caderno de Questões, antes de transcorrida uma hora e meia (1h 30min) do início da prova.
5. Cada questão oferece **5 alternativas de resposta representadas pelas letras a, b, c, d e e, sendo somente uma correspondente à resposta correta.**
6. Iniciada a prova, é vedado formular perguntas, pois o entendimento das questões é parte integrante da mesma.
7. Não é permitido comunicar-se com outro candidato ou socorrer-se de consultas a livros, anotações, agendas eletrônicas, gravadores, usar máquina calculadora, telefone celular e/ou similares ou qualquer instrumento receptor/transmissor de mensagens.
8. No **CARTÃO DE LEITURA ÓPTICA PERSONALIZADO (CARTÃO DE RESPOSTAS)**, você deve preencher totalmente apenas **uma alternativa (a, b, c, d, e) de cada questão, com caneta de ponta grossa azul ou preta, suficientemente pressionada**, conforme o exemplo:

95	<input type="checkbox"/> A	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
96	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
97	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input checked="" type="checkbox"/>

9. Ao final da prova, você deve devolver à fiscalização da sala o **CARTÃO DE RESPOSTAS** devidamente assinado no verso, sem amassá-lo ou dobrá-lo, **porquanto ele é insubstituível.**
10. **É importante que o candidato na devolução do seu Cartão de Respostas, ao final da sua Prova, assine a Listagem que atestará a entrega do mesmo.**
11. A questão não assinalada ou assinalada com mais de uma alternativa, emendada, rasurada, borrada, ou que vier com outra assinalação que não a prevista no item 8, **é nula.**
12. Os dois últimos candidatos serão convidados a permanecer na sala até a entrega da prova pelo último candidato.
13. O Gabarito Preliminar será divulgado no dia **13/07/2009** nos sites **www.conesul.org** e **www.tjrs.jus.br**.

BOA PROVA!

Língua Portuguesa

TEXTO I

Certas palavras

Sírio Possenti
De Campinas (SP)

Muitas palavras - ou expressões - não oferecem garantia nenhuma do sentido preciso (porque têm muitos...) ou do alinhamento ideológico de um texto, mas outras são indícios fortíssimos. “Mercado”, por exemplo, é quase um eufemismo para ‘dirigentes de grandes conglomerados’ (ah, as avaliações, as proposições, as expectativas do mercado!). Por outro lado, opõe-se de certa forma a “Estado”, embora esta antonímia não esteja consagrada nos dicionários.

Os medievais que discutiram sobre a natureza dos conceitos, especialmente dos ditos conceitos abstratos (como “humanidade” ou “beleza”: são seres que existem em si ou são predicados que só se concretizam nos seres individuais?) teriam muita coisa a dizer sobre esse novo deus - agora meio morto, convenhamos, e pedindo esmolas exatamente ao Estado, que antes quis eliminar. Textos que empregam “mercado” positivamente são quase sempre enganadores, vendedores explícitos de uma ideologia barata (sem trocadilho) como se fosse ciência indiscutível. Talvez o sejam também os que defendem o estado, com a diferença de que são menos hipócritas e não o chamam apenas nas horas más.

Outro exemplo: “especialista” tornou-se, ultimamente, quase sinônimo de “oposicionista”. Nunca ouvi um especialista falar a favor do governo. Do atual, quero dizer, porque todos eram a favor do anterior, pelo menos os entrevistados em jornais em TVs e quase todos os articulistas. Ouça a CBN e verá que tenho razão.

“Especialista em finanças públicas”, por sua vez, é o outro nome de Raul Velloso, que Miriam Leitão cita todos os dias, cuja receita é cortar gastos do governo com pessoal, mesmo que logo em seguida um seu partidário reclame das tribunas do senado ou pontifique num jornal da noite que o governo não fiscaliza (porque faltam fiscais), que a saúde não vai bem (porque faltam médicos) etc. É o melhor exemplo do que seria um governo de contadores, que Mitterrand previu.

Mas há palavras bem especiais, ainda mais especiais. Um bom exemplo está no comentário abaixo, de Elio Gaspari, publicado em sua coluna na Folha de S. Paulo de 01/03/2009:

DEMOFOBIA

Depois que Paula Oliveira admitiu para a polícia suíça que não foi atacada por xenófobos aconteceu algo estranho com a sua qualificação. Quando sua história teve crédito era “brasileira”. Quando o relato trincou ela passou a ser chamada, com alguma frequência, de “pernambucana”. Há suíços que gostam de contar histórias de preconceito de brasileiros contra brasileiros.

O exemplo é apenas um dos que se repetem à náusea nos noticiários: se há um crime e seus (supostos) autores forem moços de favelas, negros ou “quase pretos de tão pobres”, eles são designados como “bandidos” e “marginais”. Mas, se jovens universitários da Zona Sul espancam uma mulher - uma empregada doméstica - num ponto de ônibus porque pensavam que era uma prostituta, não só aquelas palavras não são empregadas - eles são no máximo “jovens”, talvez “estudantes” -, como o jornal entrevistará um psicólogo

que explique o que leva jovens “que têm tudo” a praticarem tais atos.

A discriminação social no Brasil é tão flagrante que a Globo transcreve entre aspas a fala dos seus “marginais” (coisas como “nóis vamo”, “pegá”, “descê”), sem se dar conta (será?) de que as mesmas formas saem da boca do Faustão ou do Luciano Huck, para ficar em dois exemplos, mas, de fato, da boca de todos os que não lêem seu textinho - quase sempre tão pobre! - no teleprompter.

O caso Battisti fornece material numeroso do mesmo tipo. Se a notícia começa com “o terrorista” ou com “o refugiado”, quase não é necessário ouvir mais nada.

Disponível em: http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI3643438-E18425_00-Certas+palavras.html.

Acesso em: 30 mai. 2009.

INSTRUÇÃO: PARA AS QUESTÕES 1 E 2, LEVE EM CONSIDERAÇÃO O PRIMEIRO PARÁGRAFO.

1. A palavra que completaria **corretamente** a frase entre parênteses é
 - a) alinhamentos.
 - b) textos.
 - c) sentidos.
 - d) indícios.
 - e) dicionários.
2. A expressão “esta antonímia” refere-se
 - a) à oposição entre Mercado e Estado.
 - b) ao eufemismo para “dirigentes de grandes conglomerados”.
 - c) à diferença entre Mercado e Estado.
 - d) ao eufemismo para Mercado.
 - e) à oposição entre as proposições do Mercado e o Estado.

INSTRUÇÃO: PARA AS QUESTÕES DE 3 A 5, LEVE EM CONSIDERAÇÃO O SEGUNDO PARÁGRAFO.

3. Julgue as afirmações sobre a expressão “esse novo deus” falsas (F) ou verdadeiras (V).
 - () A palavra “deus” deveria ter sido grafada com letra maiúscula, pois é nome próprio.
 - () A expressão refere-se a “Mercado”.
 - () Segundo o autor, “deus” é um substantivo abstrato.
 - () Os medievais definiram “esse novo deus” como abstrato.

Agora, assinale a sequência que completa **corretamente**, de cima para baixo, os parênteses.

- a) F – V – V – F
- b) F – V – V – V
- c) V – V – F – F
- d) V – V – V – F
- e) F – V – F – F

4. Na oração “**que** antes quis eliminar”, a palavra destacada retoma
- textos.
 - mercado.
 - vendedores.
 - Estado.
 - esse novo deus.

5. Analise as afirmações a seguir sobre o emprego do “o” no último período do parágrafo: “Talvez o sejam também os que defendem o estado, com a diferença de que são menos hipócritas e não o chamam apenas nas horas más.”.

- Na primeira ocorrência, é um pronome demonstrativo.
- Na segunda ocorrência, equivale a “aqueles” e também é pronome demonstrativo.
- Na terceira ocorrência, é um pronome oblíquo átono.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- Apenas a I.
 - Apenas a II.
 - Apenas a III.
 - Apenas a II e a III.
 - I, II e III.
6. Se, no último período do terceiro parágrafo, trocarmos apenas as formas verbais para a 2ª pessoa do singular, a redação **correta** será

- Ouve a CBN e verás que tenho razão.
- Ouças a CBN e verás que tenho razão.
- Ouvi a CBN e vereis que tenho razão.
- Ouves a CBN e verás que tenho razão.
- Ouvirás a CBN e verás que tenho razão.

INSTRUÇÃO: PARA AS QUESTÕES DE 7 A 10, LEVE EM CONSIDERAÇÃO OS PARÁGRAFOS ENTRE PARÊNTESES.

7. O pronome “cuja”, em “cuja receita” (4º parágrafo), substitui uma expressão preposicionada. Assinale a alternativa em que se encontra tal expressão.

- de Miriam Leitão.
- de Raul Velloso.
- do governo.
- do senado.
- de Mitterrand.

8. Entre as orações entre parênteses e as que as antecedem (4º parágrafo), a relação estabelecida é de

- adversidade.
- conclusão.
- causa e efeito.
- concessão.
- conformidade.

9. Assinale a alternativa em que a palavra destacada **não** pertença à classe gramatical das demais.

- que** Miriam Leitão cita todos os dias (4º parágrafo)
- que** o governo não fiscaliza (4º parágrafo)
- que** seria um governo de contadores (4º parágrafo)
- que** Mitterrand previu (4º parágrafo)
- que** gostam de contar histórias de preconceito de brasileiros contra brasileiros (6º parágrafo).

10. Analise as afirmações sobre a formação das palavras.

- O elemento comum entre “demofobia” (subtítulo) e “xenófobos” (6º parágrafo) significa “povo”.
- O primeiro elemento de composição de “teleprompter” (8º parágrafo) significa “telefone”.
- Os sufixos das palavras “numeroso” (9º parágrafo) e “terrorista” (9º parágrafo) formam adjetivos derivados de verbos.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- Apenas a I.
- Apenas a II.
- Apenas a III.
- Apenas II e III.
- Nenhuma delas.

11. A leitura atenta do oitavo parágrafo permite inferir que

- Faustão e Luciano Huck não utilizam a linguagem exigida pela emissora em que trabalham.
- a leitura de um texto ajuda a aprender a língua padrão.
- textos na língua padrão são pobres.
- registros como “nóis vamo”, “pegá”, “descê” são característicos da língua falada, que é espontânea.
- registros como “nóis vamo”, “pegá”, “descê” indicam falta de cultura.

12. Qual dos períodos a seguir resume a ideia central do texto?

- Muitas palavras - ou expressões - não oferecem garantia nenhuma do sentido preciso (porque têm muitos...) ou do alinhamento ideológico de um texto, mas outras são indícios fortíssimos.
- Textos que empregam “mercado” positivamente são quase sempre enganadores, vendedores explícitos de uma ideologia barata (sem trocadilho) como se fosse ciência indiscutível.
- Outro exemplo: “especialista” tornou-se, ultimamente, quase sinônimo de “oposicionista”.
- Mas há palavras bem especiais, ainda mais especiais.
- É o melhor exemplo do que seria um governo de contadores, que Mitterrand previu.

INSTRUÇÃO: AS QUESTÕES DE 13 A 19 TERÃO COMO BASE O TEXTO A SEGUIR.

TEXTO II

De onde surgiu a expressão ‘fazer uma vaquinha’?

Todos nós, vez ou outra, somos chamados para fazer uma vaquinha, juntar dinheiro para ajudar alguém, pagar o vidro quebrado no jogo de futebol ou um jantar entre amigos. Mas de onde será que surgiu esta curiosa expressão usada em todo o País?

Segundo nos conta o professor Ari Riboldi, no livro O Bode _____, a expressão surgiu de uma prática de premiação, no futebol, _____ o nome de bicho. Em 1923, a torcida do Vasco da Gama, do Rio de Janeiro, resolveu _____ os atletas de seu time a se dedicarem ao jogo com maior empenho.

Passaram a arrecadar dinheiro e dar como prêmio aos atletas em valores proporcionais aos resultados alcançados pelo time em campo.

O valor tinha inspiração nos números do jogo do bicho: 5, número do cachorro, equivalia a 5 mil réis - prêmio por um simples empate; 10, número do coelho, equivalia a 10 mil réis - prêmio por uma vitória comum; 25, número da vaca, correspondia a 25 mil réis - premiação dada somente em grandes vitórias, contra os adversários mais fortes ou em partidas decisivas.

O dinheiro era arrecadado entre os torcedores, no que veio a ser a famosa “vaquinha”.

Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/educacao/vocesabia/interna/>.

Acesso em: 16 fev. 2009

13. Assinale a alternativa que completa **correta e** respectivamente as lacunas do texto.

- a) Expiatório – sobre – extimular
- b) Expiatório – sob – estimular
- c) Espiatório – sob – estimular
- d) Espiatório – sobre – estimular
- e) Espiatório – sob – extimular

14. Assinale a alternativa em que a palavra **não** seja núcleo do sujeito.

- a) expressão (título)
- b) professor (1º período – 2º parágrafo)
- c) expressão (1º período – 2º parágrafo)
- d) torcida (2º período – 2º parágrafo)
- e) cachorro (1º período – 4º parágrafo)

15. Se as orações reduzidas de infinitivo destacadas no primeiro parágrafo forem desenvolvidas, a **correta** flexão dos verbos, obedecendo à adequada correlação e concordância com o restante do período, será

- a) faça – junte – pague – jante
- b) façam – juntem – paguem – jantem
- c) façamos – juntemos – paguemos – jantemos
- d) fazemos – juntamos – pagamos – jantamos
- e) fazem – juntam – pagam – jantam

16. A seguir, são sugeridas algumas modificações para a frase “Mas de onde será que surgiu esta curiosa expressão usada em todo o País”. Assinale a que causaria problemas para a estrutura sintática e/ou para o significado do período.

- a) Supressão de “será que”.
- b) Supressão da preposição “de”.
- c) Substituição de “esta” por “essa”.
- d) Supressão do “o”.
- e) Substituição de “usada” por “que é usada”.

17. O nexos que inicia o segundo parágrafo só **não** poderia ser substituído por

- a) conquanto.
- b) conforme.
- c) consoante.
- d) de acordo com o que.
- e) em consonância com o que.

18. Na oração “**no que** veio a ser a famosa ‘vaquinha’”, o trecho destacado poderia ser reescrito, sem prejuízo para o significado ou para a estrutura do período, da seguinte forma:

- a) naquilo que veio a ser a famosa ‘vaquinha.’”
- b) naquele que veio a ser a famosa ‘vaquinha.’”
- c) em o que veio a ser a famosa ‘vaquinha.’”
- d) onde veio a ser a famosa ‘vaquinha.’”
- e) no qual veio a ser a famosa ‘vaquinha.’”

19. Sobre a estruturação do texto são feitas as seguintes afirmações:

- I. Cada parágrafo é composto por mais de um período.
- II. A palavra “torcida” é utilizada com sentido plural, como se pode observar pela concordância do verbo “passar” no início do terceiro parágrafo.
- III. O quarto parágrafo explica a origem dos números do jogo do bicho.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a I e a II.
- e) I, II e III.

INSTRUÇÃO: AS QUESTÕES DE 20 A 23 TERÃO COMO BASE O TEXTO A SEGUIR.

TEXTO III

Eu sou um imbecil, por José Hildebrand Dacanal

Meu genro era um pobre coitado. Como eu, nascido na roça e sem perspectivas de futuro. Mas eu tivera a sorte de estudar nos antigos seminários da antiga Igreja Católica, e de lá saíra conhecendo oito línguas. Ele não, mesmo porque os seminários e a Igreja daquela época já tinham acabado duas ou três décadas antes dele nascer. Uma coisa, porém, nos unia: a curiosidade intelectual e a ambição de subir na vida. É o suficiente, desde que trilhando o reto caminho, como diria São Paulo.

Quando ele apareceu, trazendo consigo não muito mais que seu bom caráter e a pouca idade, percebi imediatamente que ele era mais uma das incontáveis vítimas que, independentemente do nível econômico e da classe social, formam o desastre civilizatório brasileiro das últimas quatro décadas: 100 milhões de bárbaros, desagregação moral e caos pedagógico. E 60 mil mortos a bala por ano!

Seguindo o velho viés de ordenar o mundo à minha volta e disto tirar as vantagens possíveis para uma vida grata – como diziam os romanos –, ainda que modesta, comecei a pensar no que fazer. Cheguei à conclusão de que, se eu lhe desse alguma qualificação e o treinasse, talvez ele pudesse me ajudar em algumas tarefas braçais básicas, como digitação de textos, editoração etc. Em resumo e na terminologia dos economistas: ele obteria algumas vantagens na relação custo/benefício e eu teria mão de obra barata e confiável.

Foi aí que eu cometi um erro fatal. E um crime pedagógico. Em vez de dizer a ele que “estudar é prazer”, que “cada um deve falar e escrever como quiser”, que “análise sintática é uma velharia inútil”, que “gramática é um instrumento utilizado pela burguesia para dominar os pobres”, que “corrigir redações com caneta vermelha é violentar o aluno”, em vez de proferir tantas e tão brilhantes asneiras (que os asnos reais me desculpem!), o que é que eu fiz? Peguei uma vara de ipê de um metro, bati na mesa e disse:

– Meu filho, estudar é sofrimento. Civilização é repressão. Você tem que falar e escrever segundo as regras gramaticais, do contrário você não tem futuro. Vamos começar pela análise morfológica e sintática e pelo latim, para conhecer a lógica das línguas indo-europeias.

Pior do que isto: mandei-o ler livros “velhos”, a ter seus cadernos de vocábulos, a decorar as cinco declinações latinas. E ensinei-o a dissecar sintaticamente orações e períodos. Enfim, utilizei todos os métodos antiquados, renegados e odiados pelos quadrúpedes da pedagogia dita moderna. E então o que aconteceu?

Aconteceu – incrível! – que estes métodos utilizados há 3 mil anos no Ocidente funcionaram. E produziram um milagre. E um desastre.

Um milagre porque em cerca de um ano ele dominou os conteúdos básicos da sintaxe, compreendeu o sentido das declinações e traduzia breves textos latinos. Um desastre porque logo depois ele começou a dar aulas em conhecida instituição, se prepara para o vestibular e certamente cursará Letras. E eu perdi meu auxiliar de confiança e fiquei sem a mão de obra barata que eu treinara!

Veja, surpreso leitor, como eu sou um imbecil! Se eu tivesse aplicado os brilhantes métodos desta récula de asnos defensores e promotores da pedagogia dita moderna, nada disto teria acontecido. Sim, sádico leitor, eis aí a prova irretorquível da verdade: o quadrúpede sou eu. Não eles!

Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a2504504.xml&template=3898.dwt&edition=12271§ion=1012>

Acesso em: 10 mai. 2009.

20. Analise as afirmações sobre as ocorrências de “aí” nos períodos “Foi aí que eu cometi um erro fatal” e “eis aí a prova irretorquível da verdade”.

- I. Poderia ser suprimido nos dois casos, sem que isso causasse qualquer prejuízo para a estrutura sintática ou para a estrutura do período.
- II. No primeiro caso, significa “neste momento” e, no segundo, “neste lugar”.
- III. No segundo caso, poderia ser substituído por “assim”, o que manteria o significado do período e não exigiria qualquer outra modificação sintática.

Qual(is) está(ão) incorreta(s)?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Todas.
- e) Nenhuma.

21. Qual das expressões a seguir justifica, na opinião do autor, as afirmações entre aspas no quarto parágrafo?

- a) “estudar nos antigos seminários da antiga Igreja Católica” (1º parágrafo)
- b) “a curiosidade intelectual e a ambição de subir na vida” (1º parágrafo)
- c) “o desastre civilizatório brasileiro das últimas quatro décadas” (2º parágrafo)
- d) “estudar é sofrimento” (5º parágrafo)
- e) “a pedagogia dita moderna” (último parágrafo)

22. Assinale o par de palavras que foram usadas como antônimos no texto.

- a) vítimas – mortos (2º parágrafo)
- b) milagre – desastre (7º parágrafo)
- c) auxiliar – mão de obra (8º parágrafo)
- d) perdi – treinara (8º parágrafo)
- e) métodos – pedagogia (último parágrafo)

23. Qual das frases a seguir **não** foi empregada com sentido irônico?

- a) “E um crime pedagógico” (4º parágrafo)
- b) “peguei uma vara de ipê de um metro” (4º parágrafo)
- c) “Vamos começar pela análise morfológica e sintática e pelo latim” (5º parágrafo)
- d) “Pior do que isto” (6º parágrafo)
- e) “mandei-o ler livros ‘velhos’” (6º parágrafo)

INSTRUÇÃO: AS QUESTÕES DE 24 A 29 TERÃO COMO BASE O TEXTO A SEGUIR.

Texto IV

Ética na Justiça - atuação judicial da advocacia pública e privada (texto adaptado)

Nesta breve exposição, vou abordar a Ética sob a perspectiva da advocacia pública social, da advocacia que defende os direitos sociais indisponíveis, que defende os direitos humanos na sua expressão maior e os interesses individuais, quando, em virtude da indisponibilidade, merecem especial tratamento do ordenamento jurídico. Serão feitas, também, rápidas pinceladas, an passant, sobre Ética e Moral.

No âmbito do Ministério Público Federal, como Corregedor-Geral, acabo de apresentar ao Conselho Superior uma proposta de Código de Ética, para nortear a conduta dos membros do Parquet Federal. Por essa razão, vou me ater _____ questão da necessidade da existência de um Código de Ética, como conjunto de princípios deontológicos que orientam o exercício de uma profissão.

Antes, porém, é necessário abordar a Ética sob uma ótica mais ampla, do ser humano e na sua vida em sociedade. Sob esse prisma, Ética é tudo. É postura e ação. É a coragem de ser verdadeiro, no dizer de Viktor Salis (autor do livro "Ócio Criador, Trabalho e Saúde", Ed. Claridade). É o que sobra, interiormente, depois da ruína de todas as regras legais. É a conduta do homem, na forma com que se conduz em um campo de batalha, à procura de si mesmo ou dos despojos da guerra. "É o que fica, quando se esquece tudo o que se aprendeu. Ética dirige-se _____ vontade, ao âmago do ser humano, à consciência. Mais do que ciência, Ética é sabedoria", na feliz lição do Prof. Vitorino Félix Sanson, no artigo "Ética estoíca", publicado no livro "Ética e Trabalho".

Em outras palavras, Ética é a motivação inconsciente e atávica do homem pela procura da felicidade, garimpando-a nos prazeres ou nas estrelas. Gabriel Chalita, Doutor em Direito e em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no seu livro "Os dez mandamentos da Ética", ao falar sobre a Ética de Aristóteles, em "Ética a Nicômaco", menciona que:

"A ética é o grande caminho para o encontro com a felicidade. E ninguém é feliz se não faz feliz o outro" (fl. 30)

Os mandamentos de Gabriel Chalita, a partir da visão aristotélica, são, em síntese: (1) fazer o bem; (2) agir com moderação; (3) saber escolher; (4) praticar as virtudes; (5) viver a justiça; (6) valer-se da razão; (7) valer-se do coração; (8) ser amigo; (9) cultivar o amor e (10) ser feliz.

Com isso, vê-se que Ética é tudo. É você sozinho, com sua capacidade de se sentir pleno, a partir do sentimento de conforto íntimo, em virtude da harmonia entre suas ações e pensamentos; é também a sua ação e coragem de fazer uma revisão racional e crítica sobre a validade de determinadas condutas humanas e de regras estabelecidas, além de ter a capacidade de criticá-las e contribuir para alterá-las.

Feita essa "pequena viagem" em temas tão fundamentais ao homem, passo a analisar mais diretamente a questão da Ética na Justiça, sob a perspectiva da atuação judicial da advocacia pública e privada.

Nessa ótica, pode-se definir Ética como série de princípios morais pelos quais o indivíduo deve guiar sua conduta no ofício ou profissão que exerce (Enciclopédia Brasileira Mérito, Ed. Mérito). Para algumas categorias e profissões, principalmente para aquelas formadas por agentes políticos (que detêm parte do poder do Estado), que são os juizes, advogados públicos, Ministério Público e mesmo os advogados (que prestam funções essenciais à Justiça), poder-se-ia pensar que todas as regras de conduta já existem a partir da Constituição, da educação obrigatória e dos conceitos religiosos, sendo dispensável um Código de Ética.

Entretanto, na prática, um Código de Ética é fundamental para qualquer profissão, porque ele "objetiva evitar racionalizações acerca de comportamentos duvidosos, que afetam o discernimento da pessoa, justificando condutas ou atos humanos desleais, amorais ou desonestos."

Vários ditados populares e atitudes são exemplos desses atos duvidosos que afetam o discernimento de uma pessoa: (1) é o jeitinho brasileiro; (2) a lei de Gerson; (3) as mentiras "inocentes"; (4) a utilização de carros oficiais para fins particulares; (5) o ato de jogar papéis nas ruas; (6) "tomar emprestado material da repartição"; (7) exagerar nas despesas em prestação de contas; (8) vender férias (abono pecuniário) e não comparecer ao serviço; (9) fazer mais processos antes de vender as férias e não comparecer ao trabalho, ao argumento de que "trabalhou muito além do normal antes"; (10) vender férias quando não há distribuição de processos; (11) tirar licença-médica para justificar uma deliberada ausência do serviço; (12) "dar carteirada"; (13) usar o cargo para obter favores em outras repartições; (14) furar filas; (15) fingir que trabalha e deixar tudo para os assessores; (16) deixar-se levar pela imprensa, em detrimento das provas reais existentes nos autos; (17) não receber pessoas ou partes em seu Gabinete; (18) deixar pessoas esperando sem justificativa e, (19) no âmbito específico do Ministério Público, privilegiar somente a independência funcional em detrimento da unidade, por motivos particulares (os procuradores que ainda podem advogar).

É bem verdade que a adoção de um Código de Ética, por si só, não imuniza nenhuma instituição ou organização contra os riscos de deslizamentos, escorregões ou faltas graves. Todavia, "sempre reduz a incidência de casos de má-fé e reafirma o compromisso de agir corretamente. Sobretudo, comprova a disposição de revogar a crônica impunidade assegurada há tantas décadas pela omissão dos chefes e pelo corporativismo dos jornalistas" (Jornalista Augusto Nunes, na apresentação do Manual de Zero Hora, então diretor do jornal).

Sobre o tema, vale _____ pena citar novamente as palavras de Gabriel Chalita, no seu livro "Os dez mandamentos da Ética", quando diz que "a disseminação dos conceitos estabelecidos em um Código de Ética contribuem, a longo prazo, para mudar o comportamento individual".

No livro "Ética e Negócios", Instituto da Qualidade, 2003, Julio Lobos, autor de vários livros sobre gestão empresarial, cita vários episódios em que homens e mulheres foram submetidos a verdadeiros dilemas éticos, a partir dos quais é possível concluir que a Ética sempre é recomendável.

A título ilustrativo, cito o caso ocorrido em 1982, quando um psicopata envenenou várias cápsulas de Tylenol, causando a morte de oito pessoas na cidade de Chicago, Estados Unidos. Diante da gravidade do fato, o laboratório Johnson & Johnson determinou o recolhimento de todos aqueles produtos do mercado, apesar de haver posições contrárias dentro da própria

empresa, que preferiam evitar reações radicais. Tal situação, caracterizada por um evidente conflito entre uma questão econômica - perder dinheiro na linha Tylenol com a retirada do produto do mercado, que representava mais de cem milhões de dólares anuais para a Johnson & Johnson -, e uma questão ética - proteger vidas - a empresa deu prioridade à saúde de seus clientes, ainda que, para tanto, tenha sido necessário adotar medidas drásticas. Por isso mesmo até hoje a população americana e praticamente do mundo todo usa Tylenol.

A experiência mostra, enfim, que conduzir negócios com honestidade, justiça, ética e transparência é um caminho fundamental para o sucesso empresarial e para o bem-estar de cada cidadão. Mutatis mutandis, a Ética também deve ser prioridade absoluta na atuação de advogados, assim como no âmbito do Ministério Público e do Poder Judiciário, pois somente a partir dessa visão será possível construir uma sociedade realmente justa e fraterna.

Desse modo, a adoção de um Código de Ética tem por objetivo maior estabelecer um compromisso de determinada classe profissional com o bem comum, e, no caso específico do Ministério Público Federal, renovar a crença da sociedade em uma Instituição que deve servir de exemplo de moralidade, honestidade e transparência na execução de suas atividades.

Para concluir, afirmo que a Ética faz homens e mulheres se sentirem dignos de ter uma consciência; consciência esta que, exercida na sua plenitude, leva-os _____ compreensão das dificuldades e da dor, como inerentes à condição humana, dando-lhes sabedoria para estabelecer, em suas vidas e no seu ambiente de trabalho, harmonia, entendimento, equilíbrio emocional, compreensão e paz.

Wagner Gonçalves
Corregedor-Geral do Ministério Público Federal
Subprocurador-Geral da República

Disponível em: <http://www.etical.org.br/noticias.asp?idnoticia=12&lang.>
Acesso em: 04.jun.2009

24. Nos terceiro e sétimo parágrafos, o autor repete a frase: “Ética é tudo”. A repetição de idéias deve ser evitada em textos objetivos, **exceto** quando é utilizada como recurso coesivo e, no caso, a repetição da frase se caracteriza como

- a) sínquise.
- b) reiteração.
- c) anáfora.
- d) catáfora.
- e) perífrase.

25. As várias orações que sucedem “Ética é tudo”, sempre iniciadas pelo verbo ser: “É postura e ação”. “É a coragem de ser verdadeiro”, “É o que sobra(...)” são todas, orações subordinadas

- a) substantivas objetivas diretas.
- b) substantivas objetivas indiretas.
- c) substantivas subjetivas.
- d) substantivas predicativas.
- e) apositivas.

26. No trecho do parágrafo quinze “Por isso mesmo até hoje a população americana e praticamente o mundo todo usa Tylenol (...)” há necessidade de vírgulas, que podem ser inseridas adequadamente e são explicadas respectivamente em

- a) Por isso mesmo ,até hoje, a população americana e ,praticamente, o mundo todo usa Tylenol(...)Explicação: Ambas as expressões entre vírgulas são adjuntos adverbiais.
- b) Por isso mesmo, até hoje, a população americana e ,praticamente, o mundo todo usa Tylenol(...)Explicação: Ambas as expressões entre vírgulas são apostos.
- c) Por isso mesmo, até hoje, a população americana e ,praticamente, o mundo todo usa Tylenol(...)Explicação: A primeira expressão entre vírgulas é um adjunto adverbial e a segunda um aposto.
- d) Por isso mesmo, até hoje, a população americana e ,praticamente, o mundo todo usa Tylenol(...)Explicação: A primeira expressão entre vírgulas é um aposto e a segunda é um adjunto adverbial.
- e) Por isso mesmo, até hoje, a população americana e ,praticamente, o mundo todo usa Tylenol(...)Explicação: A primeira expressão entre vírgulas é um vocativo e a segunda é um aposto.

27. É possível interpretar a frase que inicia o oitavo parágrafo, ‘ Feita essa “pequena viagem” ’, como uma alusão às idéias

- a) concretas que exemplificam “os mandamentos de Gabriel Chalita” sobre ética, no sétimo parágrafo.
- b) abstratas que exemplificam “os mandamentos de Gabriel Chalita” sobre ética, no sexto parágrafo.
- c) concretas do autor expostas no quinto parágrafo.
- d) abstratas do autor expostas no quinto parágrafo.
- e) da frase recorrente no texto: Ética é tudo.

28. Ao longo do texto, nos segundo, terceiro, décimo terceiro e décimo oitavo parágrafos, completando o texto com “a” pode ocorrer crase. A sequência adequada à norma culta é

- a) à, à, à, à.
- b) à, à, a, à.
- c) à, à, à, a.
- d) a, à, à, à.
- e) a, a, à, à.

29. O uso da mesóclise “poder-se-ia” (nono parágrafo) se justifica pelo verbo estar no tempo futuro do

- a) presente do modo indicativo e não haver, antes do verbo, palavra que justifique o uso da próclise.
- b) pretérito do modo indicativo e não haver, antes do verbo, palavra que justifique o uso da próclise.
- c) pretérito do modo subjuntivo e não haver, antes do verbo, palavra que justifique o uso da próclise.
- d) pretérito do modo imperativo e não haver, antes do verbo, palavra que justifique o uso da ênclise.
- e) presente do modo indicativo e não haver, antes do verbo, palavra que justifique o uso da ênclise.

INSTRUÇÃO: AS QUESTÕES DE 30 A 36 TERÃO COMO BASE O TEXTO A SEGUIR.

Texto V

Choque de gestão na Justiça Brasileira

Falar sobre justiça é uma questão bastante ampla. Ainda mais quando se pretende discutir o futuro da Justiça - o que se espera dela para os anos que se seguem. Começaria relatando um fato hipotético, que pode ser real. Numa estrada deserta, há um cidadão caminhando. Então, um caminhoneiro questiona: "Aonde o Senhor vai? A resposta é rápida: "Não sei! Pode me deixar em qualquer lugar". E é isso que acontece quando não se sabe o que se quer, quando qualquer caminho está correto. Portanto, é preciso que se tenha um plano estratégico. Para se lograr sucesso no atingimento dos objetivos, seja na economia, no plano internacional, na educação, faz-se necessário saber aonde vamos.

Atualmente, não se tem um plano de gestão. Assim, indaga-se: o que fazer para chegar lá? Como fazê-lo? O problema da Justiça não pode ser resolvido no plano macro. Ademais, não se pode politizar a Justiça. Algumas decisões recentes têm trazido absurda insegurança para a população. As decisões políticas se constituem em problema sério para o Brasil. Essa tendência atual de levar a política para dentro dos tribunais não é positiva para o País. É um erro grave.

Conforme dito anteriormente, não se pode resolver o problema da Justiça por atacado - desde a constituição de 88 tenta-se solucionar os entraves do judiciário por meio de reformas amplas, que funcionam mais como paliativos do que como soluções. Eu, particularmente, ouço sobre essa tal de reforma e nada acontece. Nunca vem a tal da reforma. Cria-se um Conselho, levantam-se biografias, há a existência de Tribunais que operam como palanques políticos, enquanto a reforma efetiva passa longe da sociedade. Não se pode ficar discutindo "perfumaria". É preciso discutir pontos nevrálgicos da Justiça para o Brasil avançar.

Entende-se que o melhor caminho para os problemas da Justiça é resolvê-los no particular. A Justiça é algo como educação e saúde. Não se faz educação e saúde em massa, não basta quantidade, e sim qualidade. Resolve-se hospital por hospital. Médico por médico. E no âmbito judiciário deve ser: processo por processo. Juiz por juiz. Vara por vara. A Reforma não se faz com conversa fiada. Isso se faz com plano de gestão e planejamento permanente.

O Brasil tem uma excelente estrutura no Judiciário - uma das melhores do mundo. Não deve nada aos melhores. Possui também um corpo importante de recursos humanos. Então, o País não precisa de fórmulas mirabolantes. Basta haver um choque de gestão. É preciso arregaçar as mangas e atender a demanda do povo. Muito mais do que falta de recursos, é uma falta de prioridades. Temos de ter objetivos e fazer o Brasil crescer.

Disponível em: <http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/brasil/2006/04/09/jorbra20060409004.html>.

Acessado em: 04.jun.2009.

30. O Texto V defende que a justiça brasileira deve passar por um choque de gestão, como já sugere o próprio título. Para comprovar sua tese, seu ponto de vista, a autora baseia-se em argumentos. Alguns desses argumentos encontram-se na alternativa:

- a) Atualmente, não se tem um plano de gestão.(...) As decisões políticas se constituem em problema sério para o Brasil.
- b) Eu, particularmente, ouço sobre essa tal de reforma e nada acontece. Nunca vem a tal da reforma (...)Não se pode ficar discutindo "perfumaria". É preciso discutir pontos nevrálgicos da Justiça para o Brasil avançar.
- c) Entende-se que o melhor caminho para os problemas da Justiça é resolvê-los no particular.(...) Não se faz educação e saúde em massa, não basta quantidade, e sim qualidade.
- d) O Brasil tem uma excelente estrutura no Judiciário - uma das melhores do mundo. Não deve nada aos melhores.(...) Então, o País não precisa de fórmulas mirabolantes. Basta haver um choque de gestão.
- e) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

31. No trecho do segundo parágrafo, "O problema da Justiça não pode ser resolvido no plano macro. **Ademais**, não se pode politizar a Justiça.(...)", o nexos em destaque poderia ser substituído sem prejuízo semântico por

- a) Entretanto.
- b) Contudo.
- c) Apesar disso.
- d) Mas.
- e) Além disso.

32. Na frase "(...)faz-se necessário saber aonde vamos." (primeiro parágrafo) o uso de aonde se encontra adequado à norma culta o que **não** ocorre em

- a) Aonde você vai?
- b) Aonde você está?
- c) Aonde querem chegar com essas atitudes?
- d) Aonde devo dirigir-me para obter esclarecimentos?
- e) Não sei aonde ir?

33. O uso dos verbos "Falar" (primeiro parágrafo), "fazer" (segundo parágrafo), "resolver" (terceiro parágrafo) na forma nominal do infinitivo justifica-se pela necessidade de expor as ideias de ação

- a) sem noção de modo, tempo e de forma impessoal.
- b) sem noção de modo, tempo e de forma pessoal.
- c) com noção de modo, tempo e de forma impessoal.
- d) com noção de modo, tempo e de forma pessoal.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

34. O uso da palavra “macro” ao longo do texto como no segundo parágrafo, por exemplo, se justifica por ser
- a) prefixo latino muito utilizado na terminologia da área do Direito.
 - b) prefixo grego muito utilizado na terminologia da área do Direito.
 - c) prefixo muitas vezes utilizado como substantivo para se referir a contextos da área do Direito.
 - d) um resumo da estratégia de argumentação comparativa da autora.
 - e) um resumo da situação da justiça brasileira.
35. Não pode ser considerada uma locução a seguinte expressão:
- a) bastante ampla (primeiro parágrafo).
 - b) da justiça (primeiro parágrafo).
 - c) é preciso (primeiro parágrafo).
 - d) de gestão (segundo parágrafo)
 - e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.
36. O pronome “isso”, no primeiro e quarto parágrafos, retoma as seguintes idéias do texto, respectivamente:
- a) o desfecho da história do caminhoneiro e a resolução de vários problemas, como o da justiça.
 - b) o desfecho da história do caminhoneiro e a resolução dos problemas da justiça.
 - c) o desfecho da história do caminhoneiro e a resolução da reforma da justiça.
 - d) o desfecho da história do caminhoneiro e a resolução dos problemas particulares da justiça.
 - e) o desfecho da história do caminhoneiro e a resolução de vários problemas, como os da saúde e da justiça.

Conhecimentos Específicos

37. Das nulidades previstas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa **incorreta**.
- a) A nulidade dos atos poderá ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos.
 - b) É nulo o processo, quando o Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.
 - c) As citações e as intimações serão nulas, quando feitas sem observância das prescrições legais.
 - d) O ato não se repetirá nem se lhe suprirá a falta quando não prejudicar a parte.
 - e) O juiz, ao pronunciar a nulidade, declarará que atos são atingidos, ordenando as providências necessárias, a fim de que sejam repetidos, ou retificados.
38. Dos atos processuais previstos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa **incorreta**.
- a) Os atos processuais são públicos, mas, correm em segredo de justiça os processos (I) em que o exigir o interesse público e, (II) que dizem respeito a casamento, filiação, separação dos cônjuges, conversão desta em divórcio, alimentos e guarda de menores.
 - b) Todos os atos e termos do processo podem ser produzidos, transmitidos, armazenados e assinados por meio eletrônico, na forma da lei.
 - c) Os atos e termos processuais dependem sempre de forma determinada, reputando-se validamente os que assim preenchem a finalidade essencial.
 - d) Em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso do vernáculo.
 - e) Só poderá ser junto aos autos documento redigido em língua estrangeira, quando acompanhado de versão em vernáculo, firmado por tradutor juramentado.
39. Conforme a Lei 5.869/73, os atos processuais realizar-se-ão
- a) em dias úteis, das seis (6) às dezoito (18) horas.
 - b) em dias úteis, das seis (6) às vinte (20) horas.
 - c) a qualquer dia da semana, inclusive feriados, das oito (8) às dezoito (18) horas.
 - d) a qualquer dia da semana, inclusive domingos, das oito(8) às dezoito (18) horas.
 - e) a qualquer dia da semana, das oito (8) às vinte (20) horas.
40. Assinale a alternativa **correta**, segundo o que prevê a Lei 5.869/73.
- a) São considerados feriados apenas os dias santificados.
 - b) São considerados feriados, para efeito forense, apenas os dias declarados por lei.
 - c) São feriados, os domingos e os dias santificados.
 - d) São feriados, para efeito forense, os domingos e os dias declarados por lei.
 - e) São feriados forenses aqueles declarados pelos municípios.
41. Em conformidade ao que dispõe o Código de Processo Civil, assinale a alternativa **correta**.
- a) Os atos processuais sempre são realizados na sede do juízo.
 - b) Os atos processuais realizam-se em qualquer lugar.
 - c) Os atos processuais realizam-se, sejam de ordinário ou extraordinário, em qualquer lugar, exceto o foro central da capital.
 - d) Os atos processuais realizam-se de ordinário na sede do juízo. Podem, todavia, efetuar-se em outro lugar, em razão de deferência, de interesse da justiça, ou de obstáculo argüido pelo interessado e acolhido pelo juiz.
 - e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

42. Conforme prevê a Lei 5.869/73 e suas alterações, analise os itens a seguir e marque com **V**, se a assertiva for **verdadeira** e com **F** se for **falsa**. Ao final, assinale a opção correspondente à sequência **correta** de letras, de cima para baixo.
- () A citação e a penhora poderão, em casos excepcionais, e mediante autorização expressa do juiz, realizar-se em domingos e feriados, ou nos dias úteis, fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal de 1988.
- () Os atos processuais serão, todavia, concluídos depois das vinte (20) horas, cujos atos tenham iniciados antes, quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.
- () Durante as férias e nos feriados se praticarão atos processuais a qualquer tempo e lugar.
- () O prazo para a resposta do réu só começará a correr no primeiro dia útil seguinte ao feriado ou às férias.
- a) F, V, F, V
b) V, F, V, F
c) F, F, V, V
d) V, V, F, F
e) V, V, F, V
43. Processam-se durante as férias e não se suspendem pela superveniência delas, conforme o que dispõe o Código de Processo Civil e suas alterações posteriores:
- I. as causas de alimentos provisionais, de dação ou remoção de tutores e curadores.
- II. os atos de jurisdição voluntária bem como os necessários à conservação de direitos, quando possam ser prejudicados pelo adiamento.
- III. todas as causas que a lei federal determinar.
- Assim,
- a) a I, a II e a III estão corretas.
b) apenas a I está correta.
c) apenas a II está correta.
d) apenas a III está correta.
e) apenas a II e a III estão corretas.
44. Quanto aos prazos conforme previstos na Lei 5.869/73 e legislações posteriores, assinale a alternativa que se apresenta como **incorreta**.
- a) Os atos processuais realizar-se-ão nos prazos prescritos em lei. Quando esta for omissa, o juiz determinará os prazos tendo em conta a complexidade da causa.
- b) Em caso de calamidade pública, poderá ser excedido o limite previsto no art. 182 do cpc para a prorrogação de prazos.
- c) Os prazos somente começam a correr a partir do primeiro dia útil após a intimação.
- d) A superveniência de férias suspenderá o curso do prazo; o que lhe sobejar recomeçará a correr do primeiro dia útil seguinte do termo das férias.
- e) O prazo estabelecido pela lei ou pelo juiz, é contínuo, não se interrompendo nos feriados.
45. Das disposições gerais previstas quanto aos prazos previstos na Lei 5.869/73, analise os itens a seguir e marque com **V**, se a assertiva for **verdadeira** e com **F** se for **falsa**. Ao final, assinale a opção correspondente à sequência **correta** de letras, de cima para baixo.
- () Podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar o prazo dilatatório; a convenção, porém, só tem eficácia se, requerida antes do vencimento do prazo, se finda em motivo legítimo.
- () As partes somente poderão fixar dia do vencimento e do prazo da prorrogação.
- () O juiz fixará o dia do vencimento do prazo da prorrogação.
- () As custas acrescidas ficarão a cargo da parte em favor de quem foi concedida a prorrogação.
- a) F, V, F, V
b) F, F, V, V
c) V, F, V, V
d) V, V, F, F
e) F, V, F, F
46. Segundo o que dispõe o Código de Processo Civil, assinale a alternativa **correta**.
- a) Computar-se-á em dobro o prazo para contestar quando a parte for a Fazenda Pública.
- b) Computar-se-á em dobro o prazo para contestar quando a parte for o Ministério Público.
- c) Computar-se-á em quádruplo o prazo para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública.
- d) Computar-se-á em quádruplo o prazo para recorrer e em dobro para contestar quando a parte for o Ministério Público ou a Fazenda Pública.
- e) Computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.
47. Quanto aos prazos conforme previstos na Lei 5.869/73 e legislações posteriores, assinale a alternativa que se apresenta como **incorreta**.
- a) O juiz proferirá os despachos de expediente, no prazo de dois (2) dias.
- b) O juiz proferirá os despachos de expediente, no prazo de cinco (5) dias.
- c) O juiz proferirá as decisões no prazo de dez (10) dias.
- d) Quando a lei não marcar outro prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento depois de decorridas vinte e quatro (24) horas.
- e) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.

48. A Lei 5.869/73 dispõe que

- I. o juiz exerce o poder de polícia, competindo-lhe manter a ordem e o decoro na audiência.
- II. a audiência será pública para todos os fins e em todos os atos processuais.
- III. o juiz exerce o poder de polícia, competindo-lhe requisitar, quando necessário, a força policial.
- IV. a audiência será pública; nos casos de que trata o art. 155, realizar-se-á a portas fechadas.

Assim, estão **corretas**

- a) apenas a I e a II.
 - b) apenas a II e a III.
 - c) apenas a II e a IV.
 - d) a I, a II, a III e a IV.
 - e) apenas a I, a III e a IV.
49. Dos processos e procedimentos cautelares, assinale a alternativa **correta**.
- a) Na busca e apreensão, os oficiais de justiça far-se-ão acompanhar de duas testemunhas.
 - b) Finda a diligência, lavrarão e assinarão o auto somente os oficiais de justiça que se fizerem acompanhar.
 - c) O procedimento cautelar deverá ser instaurado sempre antes no curso do processo principal.
 - d) O prazo do requerido para contestar o pedido, após a sua citação, será de quinze (15) dias, indicando as provas que pretende produzir.
 - e) Todas as alternativas anteriores estão corretas.
50. Segundo o que prevê na Lei 5.869/73, quanto à ordem dos processos no Tribunal, assinale a alternativa **correta**.
- a) Nos recursos interpostos nas causas de procedimento sumaríssimo, não haverá revisor.
 - b) No julgamento de apelação ou de agravo, a decisão será tomada, na câmara ou turma, pelo voto de três (3) juízes.
 - c) A qualquer juiz integrante do órgão julgador é facultado pedir vista por uma sessão, se não estiver habilitado a proferir imediatamente o seu voto.
 - d) O acórdão será apresentado para a conferência, na primeira sessão seguinte a do julgamento, pelo juiz incumbido de lavrá-lo.
 - e) Lavrado o acórdão, serão as suas conclusões publicadas no órgão oficial dentro de cinco (5) dias.

51. Acerca da citação, o Código de Processo Civil prevê:

- a) comparecendo o réu apenas para arguir a nulidade e sendo esta decretada, considerar-se-á feita a citação na data em que foi protocolada a arguição de nulidade.
- b) a citação será feita pelo correio, para qualquer comarca do País, nas ações de estado.
- c) far-se-á a citação por meio de oficial de justiça quando for ré pessoa de direito público.
- d) a citação far-se-á pelo correio, por oficial de justiça, por edital, por contato telefônico ou por meio eletrônico, conforme regulado em lei própria.
- e) o oficial de justiça não poderá efetuar citações ou intimações nas comarcas contíguas, mas pode realizar naquelas da mesma região metropolitana.

52. Acerca da intimação no Código de Processo Civil, assinale a alternativa **correta**.

- a) A intimação do Ministério Público, em todos os casos será feita por Oficial de Justiça, mediante mandado de intimação.
- b) Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais e aos advogados pelo correio, não podendo ser feitas por escrivão ou chefe de secretaria mesmo quando as partes e procuradores estiverem presentes em Cartório.
- c) Havendo antecipação da audiência, o juiz, de ofício ou a requerimento da parte, mandará intimar por nota de expediente os advogados para ciência da nova designação.
- d) As intimações podem ser feitas de forma eletrônica, conforme regulado em lei própria.
- e) Far-se-á a intimação por nota de expediente quando frustrada a realização pelo correio.

53. Assinale a alternativa **correta** sobre o cumprimento de mandado de busca e apreensão de pessoas ou de coisas.

- a) O mandado será cumprido por três oficiais de justiça, um dos quais o lerá ao morador, intimando-o a abrir as portas.
- b) Finda a diligência, lavrarão os oficiais de justiça certidão, assinando-o com as testemunhas.
- c) Os oficiais de justiça far-se-ão acompanhar de uma ou duas testemunhas.
- d) Um oficial de justiça lerá ao morador o mandado, notificando-o a abrir as portas. Não atendidos, os oficiais de justiça arrombarão as portas externas, bem como as internas e quaisquer móveis onde presumam que esteja oculta a pessoa ou a coisa procurada.
- e) Tratando-se de direito autoral ou direito conexo do artista, intérprete ou executante, produtores de fonogramas e organismos de radiodifusão, o juiz designará, para acompanharem os oficiais de justiça, dois peritos aos quais incumbirá confirmar a ocorrência da violação antes de ser efetivada a apreensão.

54. Relativamente à penhora, dispõe o Código de Processo Civil

- a) se não localizar o executado para intimá-lo da penhora, o oficial certificará resumidamente as diligências realizadas, caso em que o juiz poderá dispensar a intimação ou determinará novas diligências.
- b) o oficial de justiça, não encontrando o devedor, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução.
- c) nos 15 (quinze) dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o devedor três vezes em dias distintos; não o encontrando, certificará o ocorrido.
- d) efetuar-se-á a penhora onde quer que se encontrem os bens, salvo se sob a posse, detenção ou guarda de terceiros.
- e) se o devedor fechar as portas da casa, a fim de obstar a penhora dos bens, o oficial de justiça efetuará o arrombamento imediatamente.

55. Segundo o que prevê a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, as medidas específicas de proteção à criança e ao adolescente:

- a) não poderão ser aplicadas se ocorrer omissão ou abuso do responsável.
- b) não serão acompanhadas obrigatoriamente do registro civil.
- c) poderá a autoridade competente determinar, dentre outras previstas na Lei, colocação em família substituta.
- d) não serão isentos de emolumentos e custas, exceto de multas, os registros e as certidões necessários à regularização do registro civil.
- e) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

56. Nos termos do Código de Processo Penal:

- I. A citação inicial far-se-á por mandado, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado.
- II. Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa, na forma estabelecida nos arts. 227 a 229 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.
- III. Se o réu estiver preso, será pessoalmente citado.
- IV. A citação do militar far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço.

Quais estão **corretas**?

- a) Apenas a I e a II.
- b) Apenas a I, a II e a III.
- c) Apenas a I e a IV.
- d) Apenas a II e a III.
- e) Todas.

57. O mandado de citação indicará, nos termos do Código de Processo Penal:

- a) o nome do juiz; o nome do querelante nas ações iniciadas por queixa; o nome do réu, ou, se for desconhecido, os seus sinais característicos; a residência do réu, se for conhecida; o fim para que é feita a citação; o juízo e o lugar, o dia e a hora em que o réu deverá comparecer; a subscrição do escrivão e a rubrica do juiz.
- b) o nome do juiz; o nome do querelante nas ações iniciadas por queixa; o nome do réu, ou, se for desconhecido, os seus sinais característicos; a residência do réu, se for conhecida; o fim para que é feita a citação; o juízo e o lugar, o dia e a hora em que o réu deverá comparecer; o nome do promotor de justiça que subscreveu a denúncia; a subscrição do escrivão e a rubrica do juiz.
- c) o nome do juiz; o nome do querelante nas ações iniciadas por queixa; o nome do réu, ou, se for desconhecido, os seus sinais característicos; a residência do réu, se for conhecida; o fim para que é feita a citação; o juízo e o lugar, o dia e a hora em que o réu deverá comparecer; a pena em abstrato para o delito que o réu está sendo acusado; a subscrição do escrivão e a rubrica do juiz.
- d) o nome do juiz; o nome do querelante nas ações iniciadas por queixa; o nome do réu, ou, se for desconhecido, os seus sinais característicos; a residência do réu, se for conhecida; o fim para que é feita a citação; o juízo e o lugar, o dia e a hora em que o réu deverá comparecer; a indicação dos nomes das testemunhas de acusação, se houver; a subscrição do escrivão e a rubrica do juiz.
- e) o nome do juiz; o nome do querelante nas ações iniciadas por queixa; o nome do réu, ou, se for desconhecido, os seus sinais característicos; a residência do réu, se for conhecida; o fim para que é feita a citação; o juízo e o lugar, o dia e a hora em que o réu deverá comparecer; a subscrição do escrivão, do oficial de justiça que procederá a citação e a rubrica do juiz.

58. Um servidor público hierárquico que deixar, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente, e ter praticado contra a Administração Pública, comete o crime de

- a) prevaricação.
- b) corrupção passiva.
- c) condescendência criminosa.
- d) excesso de exação.
- e) peculato culposo.

59. Nos termos do Código de Processo Civil a penhora na execução por quantia certa contra devedor solvente observará, preferencialmente, a seguinte ordem:

- a) dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira; bens móveis em geral; bens imóveis; veículos de via terrestre; navios e aeronaves; ações e quotas de sociedades empresárias; percentual do faturamento de empresa devedora; títulos da dívida pública da União, Estados e Distrito Federal com cotação em mercado; pedras e metais preciosos; títulos e valores mobiliários com cotação em mercado; outros direitos.
- b) dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira; bens móveis em geral; bens imóveis; veículos de via terrestre; navios e aeronaves; ações e quotas de sociedades empresárias; percentual do faturamento de empresa devedora; pedras e metais preciosos; títulos da dívida pública da União, Estados e Distrito Federal com cotação em mercado; títulos e valores mobiliários com cotação em mercado; outros direitos.
- c) dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira; veículos de via terrestre; bens móveis em geral; bens imóveis; navios e aeronaves; ações e quotas de sociedades empresárias; percentual do faturamento de empresa devedora; pedras e metais preciosos; títulos da dívida pública da União, Estados e Distrito Federal com cotação em mercado; títulos e valores mobiliários com cotação em mercado; outros direitos.
- d) dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira; veículos de via terrestre; bens móveis em geral; bens imóveis; navios e aeronaves; pedras e metais preciosos; ações e quotas de sociedades empresárias; percentual do faturamento de empresa devedora; títulos da dívida pública da União, Estados e Distrito Federal com cotação em mercado; títulos e valores mobiliários com cotação em mercado; outros direitos.
- e) dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira; veículos de via terrestre; ações e quotas de sociedades empresárias; percentual do faturamento de empresa devedora; bens móveis em geral; bens imóveis; navios e aeronaves; pedras e metais preciosos; títulos da dívida pública da União, Estados e Distrito Federal com cotação em mercado; títulos e valores mobiliários com cotação em mercado; outros direitos.

60. São bens penhoráveis na execução por quantia certa contra devedor solvente, nos termos do Código de Processo Civil:

- a) os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão.
- b) o seguro de vida.
- c) os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social.
- d) os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado de elevado valor.
- e) os recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político.

Tópicos de Legislação

61. A Constituição Federal, promulgada em 5/10/1988, assegurou aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, o regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Assim,

- I. observado o disposto no art. 202, lei complementar disporá sobre as normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender aos seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo;
- II. o tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade;
- III. a lei poderá estabelecer forma de contagem de tempo ilusória;
- IV. ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

Diante das afirmações acima, são consideradas **corretas**

- a) apenas a I e a II.
- b) apenas a I e a III.
- c) apenas a II e a III.
- d) apenas a II e a IV.
- e) apenas a I e a IV.

62. Não constitui(em) órgão(s) do Poder Judiciário, em relação à Constituição Federal:

- a) o Conselho Nacional de Justiça.
- b) os Tribunais e Juízes Militares.
- c) os Tribunais e os Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.
- d) o Superior Tribunal de Justiça Desportiva.
- e) os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais.

63. Conforme a Lei Complementar nº 10.098/94 e suas atualizações, é concedido o direito ao servidor público civil do Estado:
- licença à gestante, sem prejuízo do emprego e da remuneração, com a duração de cento e cinqüenta dias.
 - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e da remuneração com a duração de noventa dias.
 - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e da remuneração com a duração de oitenta e quatro dias.
 - licença-paternidade, com a duração de cinco dias.
 - licença-paternidade de quinze dias consecutivos ao nascimento de seu filho ou adoção de filho.
64. É **correto** afirmar que, dentre outras competências, aos Tribunais de segunda instância, além do que lhes for conferido em lei, compete:
- processar e julgar os conflitos de jurisdição entre Câmaras do Tribunal.
 - representar, quando for o caso, somente aos Conselhos da Magistratura e do Ministério Público, à Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil e à Procuradoria-Geral do Estado.
 - declarar a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo, de dois terços (2/3) de seus membros ou do respectivo órgão especial.
 - prover, por concurso público de provas ou de provas e títulos, os cargos de confiança, assim definidos em lei.
 - prestar, por escrito, através de seu Presidente, no prazo máximo de trinta dias, todas as informações que a Assembléia Legislativa solicitar a respeito dos serviços a cargo do Poder Judiciário.
65. Conforme a Lei Estadual nº 5.256/66, que dispõe quanto aos deveres, responsabilidades e limitações dos Servidores da Justiça,
- admite-se que os escreventes e demais auxiliares de seus cartórios possam servir de testemunhas instrumentais dos atos que tenham lavrado.
 - poderão residir na comarca onde for classificado.
 - poderão exercer funções fora da comarca.
 - os servidores e os respectivos auxiliares são solidariamente responsáveis pelos atos praticados nos serviços a seu cargo.
 - poderão acompanhar as autoridades competentes à inspeção de seus serviços.
66. Da Lei Complementar nº 10.098/94 e suas alterações, dispõe:
- em relação às vantagens, além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor: indenizações, avanços, gratificações e adicionais, honorários e jetons;
 - o Estado indenizará o servidor pelo eventual descumprimento do prazo de pagamento das obrigações pecuniárias relativas à gratificação natalina, cuja base de cálculo será o valor desta, deduzidos os descontos legais;
- ao servidor que tem direito à gratificação especial de trinta e cinco por cento (35%) do vencimento básico, a qual tem natureza precária e transitória, será deferida por período máximo de dois anos, sendo admitidas renovações por igual período, mediante iniciativa da chefia imediata do servidor e juízo de conveniência e oportunidade do Governador;
- representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder, manter conduta compatível com a moralidade administrativa, ser assíduo e pontual ao serviço e promover manifestamento de apreço, são alguns dos deveres do servidor.
- Assim,
- estão corretas a I, a II e a III, apenas.
 - estão corretas a II, a III e a IV, apenas.
 - estão corretas a I, a III e a IV, apenas.
 - estão incorretas a III e a IV, apenas.
 - estão incorretas a II e a IV, apenas.
67. Dentre as várias formas de incumbência previstas pelo Código de Organização Judiciária do Estado, ao Oficial de Justiça incumbe
- cumprir as determinações dos Juízes.
 - apreocar os bens que devam ser arrematados, assinando os respectivos autos.
 - realizar, pessoalmente, as citações e demais diligências ordenadas pelos Juízes.
 - lavar certidões e autos das diligências que efetuarem, bem como afixar e desafixar editais.
 - Todas as alternativas anteriores estão corretas.
68. Conforme prevê a Constituição Federal da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, assinale a alternativa **correta**.
- As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais não têm aplicação imediata.
 - O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.
 - Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal de 1988 poderão excluir outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados.
 - Tratados internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados nas duas Casas legislativas do Congresso Nacional, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
 - Direitos e deveres, individuais e coletivos, expressos na Constituição brasileira poderão excluir aqueles dos tratados internacionais em que o Brasil faça parte.

69. O Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul dispõe sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça, estabelece a competência de seus órgãos, regula a instituição e julgamento dos processos e recursos que lhe são atribuídos pelas leis e institui a disciplina de seus serviços. Assim,

- I. a distribuição às Câmaras Especiais abrangerá correições, conflitos de competência, exceções de suspeição e os processos de competência criminal originária do Tribunal;
- II. o Tribunal de Justiça é constituído de cento e vinte e cinco (125) Desembargadores, tem sede na capital e jurisdição no território do Estado;
- III. ao Órgão Especial, além das atribuições previstas em lei e neste Regimento, compete: processar e julgar originariamente o Vice-Governador nas infrações penais comuns, deliberar sobre a demissão de Pretor, propor à Assembléia Legislativa a fixação dos vencimentos dos servidores dos serviços auxiliares da Justiça Estadual, indicar Juizes de Direito considerados não-aptos para promoção por antiguidade, oferecidas suficientes razões à recusa, obedecendo-se ao disposto neste regimento;
- IV. o Tribunal de Justiça exerce sua jurisdição em regime de plantão nos sábados, domingos e feriados nos casos de impedimento temporário e excepcional das atividades do Tribunal e, diariamente a partir de uma hora antes do encerramento do expediente.

Diante das propostas acima, estão

- a) corretas a I e a II, apenas.
- b) corretas a III e a IV, apenas.
- c) corretas a II e a III, apenas.
- d) incorretas a I e a III, apenas.
- e) incorretas a II e a IV, apenas.

70. A Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990, prevê que

- a) em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco (5) membros, eleitos pelos cidadãos locais para mandato de três (3) anos, permitida uma reeleição.
- b) o Conselho Tutelar, órgão permanente e jurisdicional, é encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da infância e da juventude.
- c) a expedição de cópia ou certidão de atos a que se refere a identificação da criança ou adolescente somente será deferida pela autoridade judiciária competente, se demonstrado o interesse e justificada a finalidade.
- d) é garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Prefeitura Municipal, à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos.
- e) considera-se criança, para os efeitos da Lei, a pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.